



Joaquim Rocha da Cunha

Empresário, Economista e Presidente da Associação das PME-Portugal

Riqueza das Nações | “Hoje em dia não faz sentido falar em liberais plenos – porque até esses em função das mudanças mundiais estão a rever o ideário –, mas de liberais q.b.. Mesmo por cá convém distinguir os “liberais” retóricos dos liberais q.b.”

Por onde andam os liberais?

A propósito da evocação feita por estes tempos da memória e do legado de Francisco Lucas Pires, provavelmente sobressaiu a sua postura face à Europa. Eu também o homenageio, mas recorro que o provavelmente o seu contributo foi enquanto líder político, ter criado um verdadeiro *think-thank* liberal, não apenas original na época, mas que gerou muitas propostas que extravasavam amplamente a formação política que dirigia. Refiro-me obviamente ao grupo liberal de Ofir, que reunia quadros liberais de todo o espectro partidário ou da sociedade civil e das empresas e que se reunia periodicamente na praia nortenha com o mesmo nome.

Durante anos esse grupo produziu propostas de reforma, que eram inovadoras na época e ainda hoje são actuais. E diria mesmo que este legado foi maior que o legado europeu, e sem querer polemizar, talvez até contraditório com a máquina europeia burocratizante e estatizante, com mais pendo para o socialismo que para o liberalismo. Por cá e com a derrota que Lucas Pires teve eleitoralmente face a Cavaco Silva, uma forma social democrata mais keynesiana e estatizante de governar e reformar prevaleceu até hoje, pelo que vale a pena perguntar: por onde andam os liberais?

Julgo que ninguém sabe. Hoje em dia não faz sentido falar em liberais plenos – porque até esses em função das mudanças mundiais estão a rever o ideário –, mas de liberais q.b.. Mesmo por cá convém distinguir os “liberais” retóricos dos liberais q.b..

Mas este País tem muitos “liberais” retóricos, que vão do PS ao CDS e que fazem o seguinte:

1. Advogam a privatização de monopólios e oligopólios naturais.

2. Fazem-no e atribuem-no de forma política ou concertada, limitando a própria concorrência em sede de concurso.

3. A liberalização exige regulação. Fala-se muito em regulação e em entidades reguladoras. Estas são figuras de retórica, são nomeadas pelo poder executivo, demoram a agir, e quando o fazem, fazem-no a pedido. Não têm salvo raras e honrosas excepções independência.

4. No caso dos combustíveis não será diferente, quando é óbvio que tendo a Galp sido privatizada sem se acautelar o seu monopólio em vigor na refinação e na distribuição em *pipeline*, isso condiciona totalmente o mercado. Trata-se aliás de uma empresa que teve maus resultados nos investimentos feitos na prospecção que compensa com refinação e distribuição em Portugal.

5. Estes monopólios oligopólios incluem distribuição de água, distribuição de electricidade, rede de telecomunicações fixa, entre outras áreas, e não apenas tornam os custos maiores para consumidores tirando competitividade à economia, como transferem administrativamente, parte substancial do PIB para essas empresas. Que por sua vez premeia e emprega aqueles que lhe concedem tais ganhos.

Eu assumo que continuo liberal, mas q.b.. Penso e acredito que o mercado tem e deve funcionar. Só assim, o mercado evolui e os consumidores finais ganham. Em oferta e em qualidade, em transparência e modernidade ou sofisticação. Mas com um sistema regulatório perfeito, cá dentro, para controlar e desmembrar aventuras, que estamos muito longe de ter.

Infelizmente no panorama político desde sempre, só se pratica a mesma despesa pública, e nas privatizações, vende-se da “carne”, ficando os “ossos” para o Estado.

Não poderia o Estado quando faz privatizações ou concessões, também passar encargos, funcionários, para os privados?

As receitas pagas por todos (excepto os isentos de IRC e com benefícios fiscais). As despesas imutáveis pelo grande peso salarial (ao contrário de Espanha cujo superávit se fez reduzindo a despesa e cuja a última reestruturação é só e apenas fundir Banco de Espanha com CNMV, a CMVM local!). O investimento com o preço, orientação e rentabilidade social que sabemos...e as jóias da coroa para alguns, aqueles que fazem negócios de Estado.

Basta olhar para o balcão Euronext de Lisboa e ver as cotadas. Dessas, quais se valorizam e porquê? As que exploram monopólios naturais.

E porque é que nenhuma das que explora monopólios ou oligopólios se internacionalizou, e quando o fez, que resultados efectivamente teve? Porque os lucros, continuam a fazê-los no mercado interno.

Mesmo nas grandes apostas actuais, vejam lá quem são as empresas que ganham os concursos para construção e exploração das renováveis, eólicas, biomassa, etc? Claro que os seus dirigentes e detentores estão satisfeitos e aplaudem muito. Mas representam uma minoria muito pequena do tecido empresarial. E o que nós necessitamos é de mobilizar todo o tecido empresarial e que está sujeito a uma fortíssima concorrência, em especial o excluído destes investimentos, com ganhos garantidos à partida.

É que agora não apenas saem as multinacionais. Há muitos quadros superiores, gestores e PMEs a fazê-lo. Tudo tem um limite. E nós já o passamos há muito.

E na falta de liberais q.b. no horizonte, é natural que a emigração qualificada cresça.